

Secretaria de  
Estado da  
SaúdeESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SES - COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITESES  
Secretaria de Estado  
da Saúde

cosems | GO

**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB****Resolução nº 263/2025 - CIB      Goiânia, 01 de abril de 2025****Aprova a pactuação do município de Aparecida de Goiânia como Polo de aplicação do medicamento Palivizumabe.****Coordenação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás, usando das atribuições regimentais que lhe foi conferida e considerando:**

- 1** – A Portaria nº 53/SCTIE/MS, de 30 de novembro de 2012, que incorpora o medicamento Palivizumabe para a prevenção da infecção pelo vírus sincicial respiratório no Sistema Único de Saúde (SUS) e sua retificação, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 90, de 13 de maio de 2013, seção 1, página 56;
- 2** – A Nota Técnica nº 20, de 18 de julho de 2013, do CONASS que traz atualizações sobre situação do medicamento Palivizumabe, incorporado no SUS para profilaxia do Vírus Sincicial Respiratório (VSR);
- 3** – A Nota Técnica Conjunta nº 01/2014 – DAF/SCTIE/MS e DAPES/SAS/MS, que estabelece o fluxo para dispensação do medicamento Palivizumabe para o tratamento do Vírus Sincicial Respiratório (VSR) no Sistema Único de Saúde (SUS);
- 4** – A Nota Técnica Conjunta nº 05/2015-CFSCAM/DAPES/SAS/MS, CGAFME/DAF/SCTIE/MS E CGDT/DEVIT/SVS/MS, que visa orientar a sazonalidade do vírus sincicial respiratório (VSR) no Brasil e oferecer esclarecimentos referentes ao protocolo de uso do medicamento palivizumabe;
- 5** – A Portaria Conjunta Nº 23, de 3 de outubro de 2018, que aprova o Protocolo de Uso do Palivizumabe para a Prevenção da Infecção pelo Vírus Sincicial Respiratório.
- 6** – A Nota Técnica nº 45/2019-CGAFME/DAF/SCTIE/MS, sobre a alteração da apresentação farmacêutica do medicamento Palivizumabe, indicado na prevenção da infecção pelo vírus sincicial respiratório – VCR e incorporado no Sistema Único de Saúde;
- 7** – As discussões na reunião do Grupo de Trabalho de Atenção à Saúde, da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, realizada em 14 de março de 2025.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar em Reunião Ordinária, do dia 19 de março de 2025, descentralização da aplicação do medicamento Palivizumabe para o Município de Aparecida de Goiânia, o qual atenderá todos os pacientes residentes no município, nos seguintes termos:

**I** – A unidade responsável por receber as solicitações, montar os processos, analisar os documentos, realizar a aplicação do palivizumabe nas crianças elegíveis e fazer os devidos lançamentos no HÓRUS, será a Maternidade Maria da Cruz Gomes Santana (Maternidade Municipal de Aparecida de Goiânia) da Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia;

**II** – Caso a unidade de saúde Maternidade Maria da Cruz Gomes Santana (Maternidade Municipal de

Aparecida de Goiânia), seja desativada ou por algum outro motivo, deixe de ser o polo de aplicação do palivizumabe do município de Aparecida de Goiânia, a Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia deverá indicar outra unidade de saúde como polo de aplicação do palivizumabe, bem como a equipe necessária (composta por médico, enfermeira, farmacêutico e pessoal de apoio) que irá compor o novo polo;

**III** – O município de Aparecida de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia deve manter equipe mínima para o bom funcionamento do polo de aplicação do medicamento, composta de (médico, farmacêutico, enfermeira e pessoal de apoio) durante todo o período de imunização com o referido medicamento e conforme estabelece o protocolo de uso do palivizumabe;

**IV** – A Gerência de Assistência Farmacêutica/Coordenação do Estratégico da Assistência Farmacêutica é responsável pela capacitação dos atores envolvidos, pelo controle dos estoques, programação junto ao Ministério da Saúde e pela logística de distribuição às unidades de referência;

**V** – A unidade de saúde pactuada, encaminhará à Gerência de Assistência Farmacêutica – GERAf a cada mês, os relatórios de prestação de contas, as solicitações por meio do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica – HÓRUS contendo, dentre outras informações, os quantitativos de Palivizumabe que serão gastos em cada mês de vacinação, de acordo com a demanda da unidade;

**VI** – A gestão do medicamento (entrada, armazenamento, distribuição e dispensação) tanto na GERAf quanto nas Unidades de Saúde pactuadas (pólos de aplicação), deverá ser realizada por meio do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica – HÓRUS;

**VII** – Para solicitação das doses do medicamento, o responsável pelo paciente deverá procurar a Unidade de Saúde elencada acima, portando os seguintes documentos:

- Para RN ou criança internada e que preenche os critérios de uso:
  - a) Formulário de Solicitação do Palivizumabe devidamente preenchido e assinado pelo médico assistente;
  - b) Relatório médico com justificativa da solicitação.
- Solicitação de doses pós-alta hospitalar:
  - a) Formulário de Solicitação do Palivizumabe devidamente preenchido e assinado pelo médico assistente, relatório e receita médica;
  - b) Cópia da certidão de nascimento, comprovante de residência e do cartão SUS, para todos que preenchem critério de uso;
  - c) Caderneta ou cartão da criança.
  - d) Para pacientes internados, anexar também cópia do relatório de alta hospitalar do berçário e informar doses já realizadas no período de internação;
  - e) Pacientes com doença pulmonar crônica ou doença cardíaca congênita com repercussão hemodinâmica demonstrada anexar cópia do relatório médico com a descrição da cardiopatia, o grau de hipertensão pulmonar, os exames que comprovem a patologia e os medicamentos utilizados.

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

**REPRESENTAÇÃO ESTADUAL**

**REPRESENTAÇÃO MUNICIPAL**

**RASÍVEL DOS REIS SANTOS JÚNIOR**

**PATRÍCIA PALMEIRA DE BRITO FLEURY**

**Secretário de Estado da Saúde**

**Presidente do COSEMS**

GOIANIA - GO, aos 01 dias do mês de abril de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **PATRÍCIA PALMEIRA DE BRITO FLEURY**, Usuário Externo, em 01/04/2025, às 11:48, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RASIVEL DOS REIS SANTOS JUNIOR, Secretário (a) de Estado**, em 03/04/2025, às 13:28, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **72674182** e o código CRC **E8E493AB**.

SES - COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE  
NAO CADASTRADO, NAO CADASTRADO - Bairro NAO CADASTRADO - GOIANIA - GO - CEP  
74000-000 - .



Referência: Processo nº 202500010022035



SEI 72674182